

Crise estrutural do capital e Educação Física: embates sobre a formação docente

Structural crisis of capital and Physical Education: clashes over teacher training

Francisco Eraldo da Silva Maia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pernambuco (IFPE)
Fortaleza/PE-Brasil
Sirneto Vicente da Silva
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Limoeiro do Norte/CE-Brasil
Arlene Stephanie Menezes Pereira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
Fortaleza/CE-Brasil

Resumo

Objetivamos identificar os embates teóricos em torno da formação de professores de Educação Física mediante a Resolução CFE n.º 03/1987 e a Resolução CNE/CES n.º 07/2004, considerando o contexto de Crise estrutural do capital como pano de fundo desse processo. Para isso, os aspectos metodológicos deste estudo deram-se a partir do Materialismo Histórico-Dialético, sendo uma pesquisa de natureza interpretativa a partir de autores que fundamentassem a discussão com relação as resoluções citadas. Como resultado, identificamos conflitos em torno de uma formação dividida (Bacharelado e Licenciatura) e/ou ampliação da Educação Física. Deste modo, de um lado, temos o sistema Confef/Crefs que defende a formação fragmentada, atendendo as demandas da Crise estrutural do capital. Do outro, temos os professores e pesquisadores da área que defendem uma formação ampliada, assim como a superação efetiva de tal crise. Apesar desse embate, tem predominado a concepção de uma formação fragmentada nas resoluções.

Palavras-chave: Crise estrutural do capital; Educação Física; Formação docente.

Abstract

Our aim was to identify the theoretical clashes surrounding the training of Physical Education teachers through CFE Resolution 03/1987 and CNE/CES Resolution 07/2004, considering the context of capital's structural crisis as the backdrop to this process. To this end, the methodological aspects of this study were based on Historical-Dialectical Materialism, the research was interpretative in nature, based on authors who substantiated the discussion in relation to the aforementioned resolutions. As a result, we identified conflicts around a divided education (Bachelor's and Licentiate's degrees) and/or the expansion of Physical Education. On the one hand, we have the Confef/Cref system, which defends fragmented training, meeting the demands of the structural crisis of capital. On the other, we have the teachers and researchers in the field who advocate a broader education, as well as effectively overcoming this crisis. Despite this clash, the concept of fragmented training has predominated in the resolutions.

Keywords: Structural crisis of capital; Physical education; Teacher training.

1. Introdução

Após a homologação de Lei nº 13.415/2016 (BRASIL, 2016), a Lei nº 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (BRASIL, 1996) e, conseqüentemente, a Resolução nº 6 de 2018 (BRASIL, 2018), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação em Educação Física e da Resolução nº 2 de 2019 (BRASIL, 2019) foram alteradas, e define as DCNs para formação inicial docente e a Base Nacional Comum para a formação de professores (BNC-Formação). As associações se posicionaram contra o modelo de formação docente estabelecido nos referidos documentos.

Esse posicionamento contrário pode ser constatado a partir dos estudos de Taffarel, Carvalho e Luz (2021) e Santana e Taffarel (2021). E, ainda, conforme verificado no estudo de Nozaki (2004), essa não é a primeira vez que a comunidade científica da Educação Física se posiciona contra os modelos formativos assegurados pelas diretrizes oficiais de formação docente. Compreendemos que essas divergências se devem ao fato dos professores e dos documentos oficiais carregarem concepções antagônicas de formação humana, nesse caso, da formação em Educação Física.

Vale destacar que esse antagonismo se insere dentre as contradições próprias da sociedade capitalista. Esse modelo social no qual estamos inseridos destaca-se pela propriedade privada, concentração de riquezas, mais-valia, crises econômicas, trabalho alienado, divisão de classes, etc. Quanto à última, podemos afirmar que apesar da existência da luta de classes não ser uma novidade no capitalismo, os embates em torno da formação dos professores de Educação Física no Brasil têm se colocado como algo relativamente novo mediante a ativação dos limites absolutos do capital.

Dessa forma, enquanto a classe dominante busca atender às demandas advindas das transformações do mundo do trabalho assalariado de base capitalista, por meio de um modelo conservador de formação docente, os trabalhadores (representados por grupos progressistas de pesquisadores e associações de professores) lutam pela efetivação de concepções revolucionárias para a formação docente.

Mediante o exposto, e considerando que: a Crise estrutural do capital reverberou no Estado brasileiro a partir das décadas de 1980 e 1990; que tal reverberação resultou no avanço das políticas neoliberais; e que após essas décadas foram homologadas duas Resoluções sobre a formação dos professores de Educação Física, quais sejam a Resolução CFE n.º 03/1987 (BRASIL, 1987) e Resolução CNE/CES nº 07/2004 (BRASIL, 2004), as quais foram responsáveis

por demarcar os debates em torno da Formação dos professores de Educação Física no Brasil. Com isso, julgamos salutar resgatar esses embates teóricos, para compreender os pormenores da formação docente, dentro do contexto de Crise estrutural do capital.

Antecipamos que, ao considerarmos os resultados do estudo de Ribeiro *et al.* (2018), onde infere-se que o atual modelo de formação em pedagogia sofre influências das demandas do mercado capitalista e do estudo de Maia *et al.* (2021) que, de forma similar, infere que as novas diretrizes para a formação dos professores de Educação Física apresentam-se como resultados das demandas advindas da atual crise, partimos da hipótese de que a Crise estrutural do capital também apresentou implicações nas resoluções anteriormente citadas.

Mediante todo o exposto, traçamos três questões norteadoras: O que é a Crise estrutural do capital? Quais foram os embates teóricos que se manifestaram em torno da Formação dos professores de Educação Física, mediante a homologação da Resolução CFE nº 03/1987 e da Resolução CNE/CES nº 07/2004? Quais as relações entre os modelos formativos problematizados nesses embates e a Crise estrutural do capital?

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo identificar os embates teóricos sobre o modelo de Formação dos professores de Educação Física dado pelas Resoluções CFE nº 03/1987 e CNE/CES nº 07/2004, mediante um contexto de Crise estrutural do capital. Para isso, nos amparamos metodologicamente a partir do Materialismo Histórico-Dialético, sendo uma pesquisa de natureza interpretativa, com o referencial teórico sendo desenvolvido a partir de autores como Carmo (2005), Nozaki (2004), Mészáros (2008; 2011), Taffarel (2012), dentre outros.

Com isso, temos o tópico “Crise estrutural do capital” no qual delineamos seu conceito e os autores que o embasam. No próximo tópico “Embates políticos sobre a fragmentação da Educação Física pós resolução CFE nº 03/1987 e resolução CNE/CES nº 07/2004” fazemos a discussão principal do texto a partir das resoluções supracitadas e seus desdobramentos na área de Educação Física. Por fim, nas “Considerações finais” retomamos a problemática e objetivo do estudo, bem como, compilamos as discussões tecidas e inferimos limitações e sugestões.

2. A Crise estrutural do capital

A princípio, é importante destacar que a Crise, conforme esclarecido por Karl Marx, é uma condição própria do sistema capitalista. Desse modo, podemos afirmar, que não há

Crise estrutural do capital e Educação Física: antigos embates sobre a formação docente

capitalismo sem crises. Netto e Braz (2008), grandes estudiosos das obras de Marx e Engels, esclarecem na obra *Economia política: uma introdução crítica* que:

A análise teórica e histórica do MPCⁱ comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise (NETTO; BRAZ, 2008, p. 157).

Em paralelo, Karl Marx (2011) ilustra bem essa assertiva ao descrever os altos e baixos da indústria algodoeira inglesa, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Durante esses dois séculos, foi possível constatar diferentes momentos de instabilidade econômica entre os modos de produção capitalista, o que demarcou a existência de crises. Essas diferentes crises que foram citadas podem ser desencadeadas por diferentes motivos, como a falência de uma grande empresa, a falta de determinada matéria prima ou produto. Como podemos notar, esses diferentes períodos que intercalam momentos de crescimento e produção caracterizam-se como ciclos.

Os aspectos cíclicos da economia, que configuram e caracterizam as crises cíclicas, apresentam diferentes momentos ou fases. Sobre isso, Netto e Braz (2008) esclarecem que essas crises apresentavam pelo menos quatro fases. Sendo A crise, a fase que “[...] pode ser detonada por incidente econômico ou político qualquer (a falência de uma grande empresa, um escândalo financeiro, a falta repentina de uma matéria prima essencial, a queda de um governo)” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 160). Nessa fase as operações comerciais são reduzidas de forma brusca, as mercadorias não conseguem ser vendidas e a produção é diminuída de forma drástica ou até mesmo paralisada, os salários também são diminuídos e as empresas começam a quebrar. Com isso, o desemprego é generalizado e os trabalhadores padecem na pobreza. Na segunda fase, nomeada de Depressão, a produção permanece estagnada, e com isso as mercadorias são estocadas, destruídas ou vendidas a um custo menor. As empresas que sobrevivem buscam soluções tecnológicas para dar continuidade a sua escala de produção. Quando há a possibilidade de recuperação, são criados estímulos de fomento para a produção. A retomada ou reanimação é a terceira fase e nela as empresas sobreviventes começam a produzir mais a partir da absorção dos equipamentos e instalações das empresas que faliram e renovação dos seus próprios equipamentos. O comércio tem uma reanimação, os produtos e mercadorias escoam e os preços começam a ficar mais elevados. O

desemprego começa a diminuir, e a produção vai se reestabelecendo aos níveis anteriores ao da primeira fase e vindo para a transição da última fase, o Auge. Na última fase:

[...] a concorrência leva os capitalistas a investirem nas suas empresas, a abrirem novas linhas e frentes de produção e esta é largamente ampliada, lançando no mercado quantidades cada vez maiores de mercadorias. O crescimento da produção é impetuoso e a euforia toma conta da vida econômica: a prosperidade está ao alcance da mão. Até que um detonador qualquer evidencia de repente que o mercado está abarrotado de mercadorias que não se vendem, os preços caem e sobrevém nova crise - e todo o ciclo recomeça (NETTO; BRAZ, 2008, p. 160).

Nas últimas décadas, e de forma mais enfática, podemos exemplificar isso a partir do planejamento parlamentar, jurídico e midiático do golpe de 2016, responsável por destituir a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) da presidência da república, ganhou notoriedade nos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais e redes sociais), nos discursos políticos, assim como nas conversas informais a anúncio da Crise (PEREIRA, 2019; PEREIRA *et al.*, 2020).

No Brasil, essa anúncio denunciou a crise no setor trabalhista, apontando o aumento das taxas de desemprego; crise no setor econômico nacional, informando a tímida taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a desvalorização do real frente a outras moedas, como o dólar; crise na segurança pública, alertando a ineficiência da segurança do Estado, crise no setor educacional público, destacando os índices insatisfatórios do Brasil em avaliações internacionais.

Apesar de, em um primeiro momento, nos depararmos com o viés partidarista dos grupos conservadores e liberais nesses discursos que buscavam, até então, a desestabilização do governo de Dilma Rousseff e da articulação da oposição para a implantação de reformas de caráter neoliberal, concordamos que há a existência de uma crise. Reconhecemos, deste modo, que os discursos dos grupos dominantes convergem com os estudos e pesquisas de professores marxistas que também apontam a existência de uma crise.

Tomar essa asserção como verdadeira, não significa dizer que há uma convergência ideológica ou política a respeito do assunto, entre os agentes mencionados. Isso porque há um ponto central que distingue a forma como estes compreendem a crise, a saber: os grupos dominantes (conservadores e liberais) têm atribuído a existência da Crise ao “insatisfatório” gerenciamento Estatal e/ou partidário com a economia, enquanto os autores do grupo marxista (CARMO, 2005; MÉSZÁROS, 2011, ANTUNES, 2005) têm nos levado a inferir que a crise é global – Estrutural.

Crise estrutural do capital e Educação Física: antigos embates sobre a formação docente

Consideramos que para um melhor entendimento da Crise estrutural do capital, precisamos entender inicialmente o que é o sistema capitalista. Para esse estudo, conceituamos o sistema capitalista como um “[...] sistema econômico e social baseado na propriedade privada dos meios de produção, na organização da produção visando lucro e empregando trabalho assalariado [...]” (GOMES, 2006, p. 30).

Esclarecido isso, podemos nos aprofundar nas discussões sobre a Crise estrutural que, de acordo com Mézáros (2008), se desenvolveu a partir de 1970. Notou-se, nessa década, o início das quedas das taxas de lucro, o enfraquecimento do *Estado de bem-estar social* e o esgotamento do modelo de produção de base Taylorista/Fordista, conforme corroborado por Carmo (2005).

Mészáros (2008; 2011) e Antunes (2009) reforçam essa afirmação ao destacar que diferentemente das décadas anteriores a 1970, onde presenciávamos crises cíclicas, isto é, crises marcadas por períodos de recessão, seguidas de crescimento econômico, na Crise estrutural do capital presenciamos um caráter acíclico. Por essa razão, a crise passa a apresentar algumas características muito particulares, a saber:

1. Queda da taxa de lucro, dada dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivam o controle social da população.
2. O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava;
3. Hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção [...];
4. A maior concentração de capitais, graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
5. A crise do *welfare state* ou do “estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e suas transferências para o capital privado;
6. Incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho[...] (ANTUNES, 2009, p. 31-32).

Reforçamos que a Crise estrutural, assim como as suas características elencadas acima não representam um fim inventável e fatalista do capitalismo, mas sim, o registro de uma nova forma de organização do capitalismo que tem buscado assegurar a sua autorreprodução, por meio da ampliação de ações que subjagam as diferentes esferas sociais à lógica do capital.

Sobre a Crise estrutural do capital, István Mészáros (2011) destaca que esta apresenta um processo de depressão constante. Sobre suas características, o referido autor destaca quatro, são elas: o caráter estrutural, em lugar de restrito a uma esfera particular; o seu alcance é verdadeiramente global; sua escala de tempo extensa e contínua; e:

[...] em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2011, p. 796).

Em outras palavras, Mészáros (2011) registra que a existência de uma crise que transcende a esfera econômica, afetando a educação, a formação de professores e a cultura. Além disso, essa crise também transcende as fronteiras nacionais, comprometendo todos os países e, por fim, sendo de permanência contínua e rastejante. Todas essas características explicam a forma como os complexos sociais são controlados pela Crise estrutural do capital, que representa hoje a nova configuração do sistema capitalista. Sobre isso, o autor elenca algumas características próprias do capital, afirmando que o mesmo não é uma “entidade material” ou um mecanismo racionalmente controlável, mas dizendo que ele é uma forma incontrolável de controle “sociometabólico” e que surgiu como uma poderosa estrutura totalizadora de controle, ao qual todas as coisas e os seres humanos tem de se ajustar e provar sua viabilidade produtiva. Assim:

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2011, p. 96).

Deste modo, torna-se fácil perceber que o controle sobre as diferentes ações humanas não advém exclusivamente da crise do capital, mas também do próprio capital, dado que este se configura, antes de tudo, como um autêntico sistema de controle. Portanto, o complexo do trabalho, da educação e, conseqüentemente, da formação dos professores de Educação

Crise estrutural do capital e Educação Física: antigos embates sobre a formação docente

Física, apresentam-se no capitalismo como fenômenos que se desenvolvem sob os comandos e as necessidades próprias do capitalismo.

É importante destacar que essa última Crise (estrutural do capital), ao afetar diferentes complexos sociais, tem favorecido o retorno dos ideais liberais clássicos na reorganização do Estado, sobretudo, dos países periféricos. Assim sendo, economistas neoliberais, como Milton Friedman e Friedrich Hayek, passaram a resgatar os discursos (imprecisos) que denunciavam ser a intensa intervenção do Estado na economia como os principais fatores responsáveis pela crise de 1970.

Destacamos que reorganizar o Estado aos moldes neoliberais representa o avanço do ataque às políticas de desmonte dos serviços públicos, do corte dos gastos estatais em programas sociais, do ataque aos direitos trabalhistas, da redução da intervenção do Estado na economia etc. Além disso, representa também a ampliação da obrigação do Estado para com o desenvolvimento de políticas educacionais que reduzem o ensino ao novo modelo de trabalhador exigido pelo mercado.

Tal mercado é caracterizado pelo esgotamento do modelo de produção Fordista/Taylorista, e pela ascensão do modelo Toyotista, considerado ideal para o atendimento das necessidades da classe burguesa para garantir a superação da Crise estrutural do capital, sem a superação do modelo econômico capitalista (NOZAKI, 2004). O Toyotismo tem como lema *Just time!* (Hora certa!), isso significa que sua principal característica é a produção adaptada as demandas fluídas e momentâneas da população, evitando grandes estoques e prejuízos.

Esse tipo de organização exige mudanças não somente na organização das fábricas, mas também do modelo de trabalhador que estas fábricas irão contratar. É nesse contexto que emerge a necessidade de formação de um trabalhador flexível, criativo, empreendedor, com menos direitos trabalhistas, com menos consciência de classe e com mais habilidades para desenvolver trabalhos em equipe.

Para isso, a educação brasileira, inclusive os cursos de formação de professores do Ensino Superior, sob orientação de organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), passaram a apresentar uma nova organização, condizente com as demandas do neoliberalismo.

3. Embates políticos sobre a fragmentação da Educação Física pós resolução CFE nº 03/1987 e resolução CNE/CES nº 07/2004

Destacamos que nesse estudo partimos da hipótese de que a Crise estrutural do capital apresentou implicações à formação dos professores de Educação Física a partir da Resolução CFE n.º 03/1987 e da Resolução CNE/CES n.º 07/2004. Por sinal, Nozaki (2004) destaca que a Crise estrutural do capital, através de suas imposições expressas em políticas neoliberais, colocou-se como eixo central no estabelecimento da concepção oficial da formação dos professores de Educação Física.

Apesar disso, enfatizamos que não podemos incorrer no erro de deduzir que o modelo de Formação docente demandado pela Crise estrutural do capital foi aceito pacificamente pela comunidade docente. Pelo contrário, conforme veremos a seguir, a partir da Resolução CFE n.º 03/1987 e da Resolução CNE/CES n.º 07/2004, surgiram fortes divergências quanto ao modelo de formação docente presente nesses documentos.

Para entender melhor essas divergências, retomamos alguns marcos educacionais importantes das décadas de 1980 e 1990. A partir dessas décadas, pudemos notar a estruturação de vários elementos importantes para o setor educacional, como: a Resolução CFE n.º 03/1987; a Organização do Conselho Nacional de Educação; a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB); as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, as Diretrizes Curriculares para Ensino Superior, etc.

Ainda nessas duas décadas, foram ampliadas as iniciativas de grupos hegemônicos voltadas para a promoção da saúde no sentido liberal, como a criação de clubes esportivos, salas de ginásticas, espaços de lazer, condomínios, dentre outros espaços. Frente a essa ampliação do mercado privado, tivemos, de forma paralela, a luta de grupos privatistas pela regulamentação da profissão de Educação Física.

Todas essas discussões ganharam destaque a partir da Resolução CFE n.º 03/1987 e da Resolução CNE/CES n.º 07/2004, responsáveis por instituir o currículo mínimo para os cursos de graduação em Educação Física e por estabelecer a fragmentação da área em Licenciatura em Educação Física e Bacharelado em Educação Física. Esse último foi criado para suprir as demandas advindas do mercado de trabalho privado não escolar, conforme citado anteriormente.

Quanto aos posicionamentos dos professores da área, de um lado, situam-se os autores e as entidades que se posicionam a favor da existência dos cursos de Bacharelado em

Crise estrutural do capital e Educação Física: antigos embates sobre a formação docente

Educação Física (assegurando a formação fragmentada em Educação Física), como Kunz *et al.* (1998) e o Conselho Federal de Educação Física (Confef). De outro lado, estão os autores que defendem a formação ampliada/unificada em Educação Física, são eles: Nozaki (2004), Pergher *et al.* (2008), Cruz (2011) e Sousa Sobrinho (2009).

Quelhas e Nozaki (2006) explicam que o Confef sempre se posicionou a favor da formação fragmentada dos professores de Educação Física, mas não devido a uma real distinção epistemológica entre os cursos de Bacharelado e de Licenciatura, e sim porque a existência do Bacharelado justificaria a função fiscalizadora deste conselho em espaços (não escolares) que tratassem de atividade física e saúde.

Além disso, Nozaki (2004) acrescenta que a defesa dessa fragmentação apoiada pelo Confef juntamente com esses grupos, tinha também como propósito apresentar soluções imediatas e paliativas para gerenciar os impactos da Crise estrutural do capital na área (como o insuficiente número de vagas nas escolas para atender ao grande número de profissionais formados em Educação Física). Para isso, encontrou-se no corporativismo o melhor caminho para garantir a empregabilidade desses profissionais.

O corporativismo seria estabelecido a partir da criação do sistema Confef/Crefs em 1998. Uma vez assegurado a criação do conselho, os profissionais formados em Bacharelado em Educação Física poderiam disputar novos campos de trabalhos não-escolares com outras profissões denominados de leigas (fisioterapeutas, dançarinos, mestres de capoeira, instrutores de yoga etc.), além de denunciá-las por exercerem ilegalmente funções que seriam supostamente próprias da Educação Física.

Deste modo, o *Movimento pela regulamentação já!* passou a ganhar destaque se fazendo presente, inclusive, nas discussões da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física (FBAPEF). Vale destacar que esse movimento era liderado especialmente pelo antigo presidente da Associação de Professores de Educação Física do Rio de Janeiro, Jorge Steinhilber, que se tornaria presidente do Confef (PERGHER *et al.*, 2008) permanecendo por mais de 20 anos como presidente (até 2020).

Diante desse contexto, o sistema Confef foi regulamentado pela Lei federal nº 9.696 de 1998, recebendo a função de fiscalizar os profissionais nos espaços não escolares. Assim, percebemos que a criação do Confef representou, antes de tudo, o avanço das políticas neoliberais no Brasil durante a década de 1990, dado que, dentre outros fatores, representou

a redução da intervenção do Estado e o aumento da intervenção dos conselhos (autarquias corporativas organizadas por grupos profissionais).

Conforme antecipado anteriormente, dentre os autores da área, somente Kunz *et al.* (1998) se contrapuseram a formação ampliada em Educação Física, justificando que a formação ampliada em Educação Física apresentaria limitações, já que não atenderia aos objetivos da Licenciatura e tampouco prepararia de forma adequada os profissionais para a área não escolar.

Em contraponto ao posicionamento de Kunz *et al.* (1998), autores como Nozaki (2004), Pergher *et al.* (2008), Cruz (2011), Sousa Sobrinho (2009), Dias (2011), Silva (2011) e Taffarel (2012) colocaram-se como defensores da formação ampliada em Educação Física, apresentando propostas de formação docente que se colocariam como alternativas a formação fragmentada demandada pela Crise estrutural do capital.

Além disso, os autores acima denunciaram que a formação fragmentada em Educação Física, ou seja, a simples adaptação da formação às demandas de mercado não resolveria de forma efetiva os problemas enfrentados pelos futuros professores advindos da classe trabalhadora, pois sem uma formação integral e crítica, os profissionais do bacharelado tenderiam a aceitar e a se submeterem pacificamente às condições de trabalhos precarizados, assim como a criação do exército de reserva.

Além dessas denúncias, autores como Quelhas e Nozaki (2006, p. 83-94) avançaram na discussão e elencaram os princípios que deveriam ser garantidos nos currículos de Educação Física em uma perspectiva de formação ampliada:

1. Sólida formação teórica de base multidisciplinar e interdisciplinar na perspectiva da formação omnilateral;
2. Unidade entre teoria/prática, que significa assumir uma postura em relação a produção do conhecimento científico que impregna a organização curricular dos cursos, tomando o trabalho como princípio educativo e como práxis social;
3. Gestão democrática – que permita a vivência e o trabalho com relações de poder democráticas, e não autoritárias;
4. Compromisso social com ênfase na concepção sócio histórica do trabalho, estimulando análises políticas sobre as lutas históricas pela superação da sociedade de classes, para que seja garantido o acesso aos bens a todos que dele participam em sua produção, especificamente no campo da cultura corporal;
5. O trabalho coletivo, solidário e interdisciplinar, o trabalho pedagógico como eixo articulador do conhecimento para a formação omnilateral;
6. Formação continuada para permitir a relação entre a formação inicial e continuada no mundo do trabalho;
7. Avaliação permanente como parte integrante das atividades curriculares, de responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz do projeto político pedagógico da

Crise estrutural do capital e Educação Física: antigos embates sobre a formação docente

instituição, abrangendo as dimensões da avaliação da aprendizagem, do docente, dos programas e projetos, da instituição.

De acordo com os autores, essas considerações devem fazer parte de uma formação inicial e continuada de caráter ampliado, assegurando, deste modo, o modelo de educação politécnica – que se contrapõe à formação fragmentada/unilateral defendida pelo Confef. Sousa Júnior (1999, p. 102) esclarece que:

Politecnicidade e onilateralidade são dois conceitos distintos, que se excluem mutuamente, mas que, na proposta de Marx, se complementam. Enquanto a politecnicidade diz respeito a um tipo de formação do indivíduo trabalhador no âmbito da produção capitalista, a onilateralidade se refere à formação do homem mesmo, ou seja, o homem que se libertou das determinações da sociedade burguesa, a qual nega sua generalidade [...].

Esses autores têm lutado por uma formação emancipatória/integral para os cursos de formação inicial da Educação Física, apesar dos limites impostos pelo próprio capitalismo. Como exemplo dessa luta, podemos citar a Pedagogia Crítico-superadora, divulgada no livro *Metodologia do Ensino de Educação Física* (SOARES *et al.*, 1992).

4. Considerações finais

Nesse artigo, tínhamos como objetivo identificar os embates teóricos travados em torno da formação dos professores em Educação Física mediante a Resolução CFE n.º 03/1987 e a Resolução CNE/CES n.º 07/2004, considerando o contexto de Crise estrutural do capital como pano de fundo desse processo.

Assim, discutimos primeiramente o conceito de Crise Estrutural do capital e verificamos que mediante esta crise e do avanço das políticas neoliberais na organização do Estado brasileiro foi instituído na Educação Física um modelo de formação fragmentada. Essa fragmentação dividiu não somente a formação dos professores, mas também o posicionamento de professores e entidades relacionadas à Educação Física.

Com isso, identificamos, de um lado, a defesa por uma formação especializada/fragmentada que busca resolver de forma superficial as reverberações da Crise estrutural do capital na classe trabalhadora, sobretudo na formação e atuação docente, defendida especialmente pelos representantes do sistema Confef.

De outro lado, apresentamos autores da Educação Física que defendem e reivindicam uma formação ampliada da área que buscam por meio da educação marxista politécnica a

superação das problemáticas enfrentadas pela classe trabalhadora, em especial pelos profissionais da Educação Física.

Por fim, ensejamos que mais estudos possam discutir esta temática, visto que ela está em constante debate na área de Educação Física, sendo um tema deveras atual.

Referências

ANTUNES, Jadir. **Da possibilidade à realidade**: o desenvolvimento dialético das crises em o capital de Marx. 2005. 779 f. 2005. Tese de doutorado (Doutorado em Filosofia). Instituto de filosofia e ciências humanas - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. **CNE/CP n.º 7, de 18 de março de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Conselho nacional de Educação, 2004. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72004.pdf?query=PLENA. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Lei 13.415/2016**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa civil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução n. 03/87**. Ministério da Educação: Brasília, 1987. Resolução CFE n.º 03/1987.

BRASIL. **Resolução n.º 6, de 18 de dezembro de 2018**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1042_41-rces006-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 ago. 2020.

CARMO, Francisca Maurilene do. Crise do Capital e discurso da qualificação: implicações no contexto da escola. **Cadernos cemarx**, São Paulo, n. 2, 2005.

DIAS, Fernanda Braga Magalhães. **A Fragmentação da Formação de Professores De Educação Física: Minimização da Formação Sob a Ordem ao Capital.** 297 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Linha Trabalho e Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GOMES, Valdermarin Coelho. **Formação de professores no contexto da crise estrutural do capital.** 126 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <https://www.uece.br/ppge/wpcontent/uploads/sites/29/2019/06/Dissertac%CC%A7a%CC%83o-Valdemarin.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

KUNZ, Elenor *et al.* Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em educação física: justificativas, proposições, argumentações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p.37-47, set., 1998.

MAIA, Francisco Eraldo da Silva; PEIXOTO, Valeria de Sales; SILVA, Sirneto Vicente da; SANTIAGO, Joselita da Silva; CARMO, Francisca Maurilene do. As novas diretrizes para a formação dos professores de Educação Física frente a Crise estrutural do capital. In: **XIV Encontros Universitários da UFC.** v. 6 n. 3 (2021): XIV Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/eu/article/view/75111>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MARX, Karl. **O capital I.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão.** 399 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes. A tendência crítico-superadora como sobrevelação na Educação Física para o atual momento político brasileiro: dilemas e reflexões. In: Brito Neto, Anibal; Brito, Eliane Aguiar. (Org.). **Pedagogia da Cultura Corporal: política, formação e prática pedagógica.** 1ed.Belém: UEPA, 2019, v. 4, p. 7-24.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; MAIA, Francisco Eraldo da Silva; SANTIAGO, Joselita da Silva; SOUZA, Symon Tiago Brandão de. Pandemia e política adoecida: uma análise na Educação Física sob a ótica da pedagogia Crítico-Superadora. In: Emerson Duarte Monte; Marcos Renan Freitas de Oliveira. (Org.). **Ensino e didática de perspectiva crítica na educação física e no esporte.** 1ed.Belém: Editora da UEPA, 2020, v. 5, p. 38-62.

PERGHER, Eduardo Göttems; GYSI, Luciano Piazzetta; SILVEIRA, Pedro da Silva; FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst; SILVA, Guilherme Gil da; BRAUNER, Mario Roberto Generosi.

Movimento nacional contra a regulamentação do profissional de Educação Física: resistência contra a ofensiva neoliberal aos trabalhadores. In: **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina "Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?"** Londrina, 2008.

QUELHAS, Álvaro de Azeredo; NOZAKI, Hajime Takeuchi. A formação do professor de Educação Física e as novas diretrizes curriculares frente aos avanços do capital. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, n. 26, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/680>. Acesso em: 30 jun. 2021.

RIBEIRO, Luís Távora Furtado; RABELO, Josefa Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; CARMO, Francisca Maurilene. O currículo dos cursos de pedagogia: indicadores e tendências. **Cadernos de pesquisa**, v. 25, n. 4 p. 53-69, 2018.

SANTANA, Matheus Lima de; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Formação e atuação de professores de educação física em diferentes campos de trabalho: nexos e relações. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 2, p. 35-40, mai./ago. 2021.

SILVA, Osni Oliveira Noberto. Licenciatura e Bacharelado em Educação Física: diferenças e semelhanças. **Revista espaço acadêmico**, Paraná, v. 11, n.124, 2011.

SOARES, Carmem Lucia; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; VARJAL, Elizabeth; CASTELLANI FILHO, Lino; ESCOBAR, Micheli Ortega; BRACHT, Valter (Coletivo de Autores). **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUSA JÚNIOR, Justino. Politecnicidade e onilateralidade em Marx. **Trabalho e educação**, Belo Horizonte, v.5, n.5, 1999.

SOUSA SOBRINHO, José Pereira de Sousa. **Formação em Educação Física: uma análise à luz da centralidade do trabalho**. 231f. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Fortaleza-CE, 2009.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. A Formação de professores de Educação Física e a licenciatura ampliada. In: **Semana De Educação Física/UFMS**, 17., 2012, Campo Grande (MS); Jornada de iniciação científica do curso de educação física/UFMS, Campo Grande, 2012.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; CARVALHO, Marize Souza; LUZ, Sidnéia Flores. Crise conjuntural e estrutural do capitalismo: luta pela base nacional comum na formação de professores ANFOPE. **Revista práxis educacional**. v. 17, n.46, p. 105-126, 2021.

Nota

ⁱ Modo de Produção Capitalista

Sobre os autores

Francisco Eraldo da Silva Maia.

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Licenciado em Educação Física pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pernambuco (IFPE). Integrante do grupo de pesquisa Corponexões: corpo, cultura e sociedade (IFCE).

E-mail: eraldomaiaprof@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0295-5989>

Sirneto Vicente da Silva

Doutorado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduado em Pedagogia pela UECE. e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). Professor Adjunto da UECE.

E-mail: sirnetodh@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4334-1916>

Arliene Stephanie Menezes Pereira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestra em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Líder do grupo de pesquisa Corponexões: corpo, cultura e sociedade (IFCE).

E-mail: stephanie_ce@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3042-538X>

Recebido em: 23/08/2023

Aceito para publicação em: 12/09/2023